



GT 64. Olhares Antropológicos sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenador(es):

Renata Menasche (PPGAnt/UFPeL e PGDR/UFRGS)

Janine Helfst Leicht Collaço (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Necessidade de primeira ordem, o ato de comer é também fato econômico, social e cultural. Assim, ainda que inserida em rotina e aparente monotonia, a ingestão de alimentos não é ação neutra, revestindo-se de sentidos e valores, que se concretizam em escolhas e práticas alimentares. Comer é, também, ato político. Em 2014, após uma década em que o combate à fome orientara a agenda de políticas públicas, o Brasil deixou de constar do Mapa da Fome, quadro que, desde 2016, com a redução dos gastos sociais do governo, vem retrocedendo. Segundo a legislação brasileira, a Segurança Alimentar e Nutricional “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. É nesse quadro que este Grupo de Trabalho pretende provocar a reflexão, estimulando, a partir da Antropologia, a problematização de noções que constituem o marco conceitual do debate em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, acolhendo especialmente estudos etnográficos que abordem questões atinentes a classificações da alimentação e outras que possam iluminar, a partir de perspectivas de distintos grupos, critérios que falam de gênero, qualidade da comida, de fome, de obesidade, de saudabilidade, de sustentabilidade etc.

Alimentação, Programa Bolsa Família e Gênero: discutindo moralidades, corpo e vulnerabilidades.

Autoria: Viviane Mattar Villela Salles (clam), Rogerio Lopes Azize Rodrigo de Araujo Monteiro

A proposta desta comunicação é discutir como as decisões alimentares, que vão desde a escolha até o consumo de produtos alimentícios, se apresentam enquanto práticas e representações simbólicas que se tornam alvo de vigilância e de controle entre moradoras da Favela do Tripé (nome fictício), no Rio de Janeiro. Para tal, foi realizada uma pesquisa de campo com beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), política de transferência de renda que tem entre suas diretrizes o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, mas também com sujeitas que perderam o benefício recentemente ou que agora se situam nas crescentes filas do benefício. Nesta investigação o PBF se tornou, junto com a alimentação, fio condutor para analisar de que forma essas mulheres se tornam responsáveis pelo surgimento de uma ?economia moral?, que orienta as condutas das beneficiárias e determina as suas escolhas alimentares a partir de perspectivas da qualidade da comida, a avaliação de seus corpos no que diz respeito à saúde, doença e obesidade. Leva-se em conta também as relações entre familiares e vizinhos, tendo como cenário um contexto de focos e julgamentos morais que resultam em um constante controle entre pares, já que o dinheiro do PBF é alvo de uma constante patrulha, vigilância e julgamento. Desse modo, há o estabelecimento de um quadro de consumo de produtos permitidos ou proibidos, essenciais ou supérfluos. Este processo reitera o papel das mães como responsáveis pelo cuidado de sua família e, conseqüentemente, são elas que lidam com julgamentos e acusações, culpabilização e dor. Nesta direção, colocamos em debate aqui dados etnográficos e também uma discussão de caráter teórico que dialoga com noções como a gestão da precariedade (Butler, 2017) e a política dos governados (Chatterjee, 2004).



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: